



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639143 - PR (2021/0004837-1)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : NICOLE GIAMBERARDINO FABRE  
**ADVOGADOS** : NICOLE GIAMBERARDINO FABRE - PR052644  
RAMIRO CARLOS ROCHA REBOUCAS - RJ169721  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : FLAVIA GRACIELLE MINAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FLAVIA GRACIELLE MINAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Agravado de Execução Penal n. 0059971-94.2020.8.16.0000).

A paciente, após ficar presa por 2 anos e 6 meses, progrediu para o regime semiaberto, sendo posteriormente presa em razão de outro processo.

Sustenta a impetrante que houve pedido de prisão domiciliar em razão da pandemia e para que a paciente possa cuidar das filhas menores, o qual foi indeferido na origem.

Alega estar a paciente sofrendo constrangimento ilegal porque a "função da genitora para a criança é imprescindível" (fl. 5).

Além disso, afirma que "de acordo com a Recomendação n. 62 de 16 de março de 2020, o que se deve fazer é que seja concedida a prisão domiciliar a requerente para que ela não corra o risco de pegar o corona vírus, pois ela é a única que cria, cuida de seus filhos" (fl. 6).

Requer que seja concedida a prisão domiciliar e, "caso não seja esse o entendimento, que seja concedido o monitoramento eletrônico" (fl. 22).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, assim ficou consignado pelo Tribunal de origem:

Quanto ao coletivo concedido pelo Supremo, diferentemente do alegado

pela defesa, não Habeas Corpus abrangeu as mulheres condenadas com trânsito em julgado, mas somente aquelas presas preventivamente, como já declinado no Acórdão supramencionado.

[...]

Quanto à questão da pandemia, nada há nos autos a indicar a probabilidade de contrair a Covid-19 pelo fato de o Agravante estar cumprindo pena em regime fechado, mormente porque medidas de sanitização, isolamento e restrição de visitas estão sendo adotadas em todos os estabelecimentos prisionais com o fim de se evitar o risco de contágio, não havendo sequer notícia de casos da doença no estabelecimento em que a Agravante se encontra.

Considerando, também, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente